



PODER JUDICIÁRIO  
JUSTIÇA DO TRABALHO

**Comitê Nacional de Governança e Estratégia  
CNGE**

---

**- Data da reunião: 7/4/2026 - Horário: 11h às 12h - Local: videoconferência**

**Gravação:** Meet - [https://drive.google.com/file/d/17azWgJPQOOh\\_35-jGMUFPP3QFve\\_5BON/view?usp=drive\\_web](https://drive.google.com/file/d/17azWgJPQOOh_35-jGMUFPP3QFve_5BON/view?usp=drive_web)

No dia 7 de abril de 2026, por videoconferência, das 11h às 12h, ocorreu a 1ª Reunião de Avaliação da Estratégia (RAE) do Comitê Nacional de Governança e Estratégia (CNGE).

Estiveram presentes os seguintes membros do referido Comitê, conforme Art. 6o da Resolução CSJT n.o 387/2024 e Ato CSJT.GP.SG.SEGGEST n.o 6/2026, bem como alguns convidados:

1. Juiz Giovanni Olsson, Secretário-Geral do CSJT, vice-coordenador do CNGE;
2. Dúlio Mendes Soares, Gestor da Unidade de Governança e Gestão Estratégica do CSJT;
3. Juíza Fernanda Antunes Marques Junqueira, subst. Magistrado gestor de metas do TRT da 14ª Região;
4. Wesley Maycon Maltezo, Responsável pela unidade de governança e gestão estratégica do TRT da 14ª Região;
5. Luciano Ribeiro da Rocha Carneiro Leão, subst. Responsável pela unidade de governança e gestão estratégica do TRT da 8ª Região;
6. Juíza Carolina Quadrado Ilha - subst. Magistrada gestora de metas do TRT da 4ª Região;
7. Bárbara Burgardt Casaletti, Responsável pela unidade de governança e gestão estratégica do TRT da 4ª Região;
8. Rodrigo da Costa Lopes; Gestor da Unidade de Orçamento e Finanças do CSJT.

Convidados:

1. Juíza Auxiliar Francisca Brenna Vieira Nepomuceno, CSJT;
2. Ana Leticia Moura Vilela, CGTIC/SETIC/CSJT;
3. Marcel Abreu Mota, TRT 8ª Região;
4. Francisco José Fetter Furtado, TRT 4ª Região;
5. Romy Bruxel, TRT 4ª Região;
6. Renata Freire Camargos, SEGGEST/CSJT.

Ausentes:

1. Juiz Auxiliar Otávio Bruno da Silva Ferreira, Magistrado gestor de metas do CSJT, coordenador do CNGE;
2. Desembargador Presidente Ilson Alves Pequeno Junior, Magistrado gestor de metas TRT 14ª Região;
3. Desembargadora Presidente Sulamir Palmeira Monassa de Almeida, Magistrada gestora de metas TRT 8ª Região;
4. Juíza Auxiliar Mariana Piccoli Lerina, Magistrada gestora de metas TRT 4ª Região;
5. Thiago Rodrigues Reis, Responsável pela unidade de governança e gestão estratégica TRT 8ª Região;

## 1. Avaliação de indicadores e metas:

### 1.1. Estabelecimento de metas

#### 1.1.1. Índice de conformidade com a privacidade e proteção de dados dos usuários - ICPPDU

- Aprovada a meta do CSJT para 2026: Alcançar nível superior ao aferido em 2025 ou manter nível igual ou superior a 4 (Avançado).
- Observação: A Ex.ma Sr<sup>a</sup> Brenna ressaltou a intenção do CSJT de que, até 2027, todos os órgãos da Justiça do Trabalho alcancem o nível 4 (Avançado). Em 2026, a prioridade é viabilizar o progresso gradual dos órgãos que se encontram no nível 2.

#### 1.1.2. Índice de desempenho ambiental - IDA

- Devido à necessidade de validação dos dados de energia não renovável e resíduos, com disparidades entre TRTs, não foi possível definir uma meta para o índice.
- A SEGGEST realizará a validação dos dados junto aos TRTs em abril e apresentará a meta de 2026 ao CNGE na 2ª RAE de 2026, em maio.

### 1.2. Revisão de indicador vigente

#### 1.2.1. Índice de capacitação em precedentes obrigatórios - ICPO

- Aprovada a revogação da meta para 2026.

A meta exige a capacitação de magistrados e servidores a partir da base de ativos no 1º e no 2º graus da área judiciária, sem considerar o papel exercido, principalmente pelos servidores. Muitos não atuam na temática. De acordo com os resultados apurados em 2025, apenas 4 TRTs alcançaram a meta e os demais tiveram desempenho inferior a 80%. Durante 2025, o índice foi questionado em relação à Trilha de Aprendizagem sobre Precedentes e ocorreram mudanças nos critérios de capacitação e, conseqüentemente, na apuração. Por fim, concluiu-se que a meta foi superdimensionada por não ter segmentado o público destinatário adequadamente. Desse modo, diante das capacitações já alcançadas, entende-se não ser razoável exigir-se novas capacitações em 2026, devendo-se para o próximo ciclo avaliar o perfil do público capacitado em 2025 e a necessidade de novas capacitações nos próximos anos.

## 2. Aprovação dos projetos nacionais concluídos

### 2.1 Foram apresentadas as iniciativas nacionais do portfólio do PE-JT concluídas para conhecimento e aprovação do CNGE:

1. [Carta de Serviço da Justiça do Trabalho de primeiro e segundo graus](#) - Tribunal Regional do Trabalho da 4ª Região;
2. [Campanha de valores da JT](#) - Comitê Nacional de Comunicação Social, regulamentado pela Resolução CSJT n.º 321, de 11 de fevereiro de 2022;
3. [Riscos do macroprocesso de contratações](#) - Comitê Nacional de Apoio à Gestão das Contratações de Bens e Serviços de Uso Comum da Justiça do Trabalho, instituído pelo Ato CSJT.GP.SG.NGC n.º 80, de 19 de outubro de 2021;
4. [Riscos dos processos administrativos de pagamentos de precatórios federais](#) - Conselho Superior da Justiça do Trabalho;
5. [Sistema nacional de cadastro de imóveis](#) - Conselho Superior da Justiça do Trabalho;
6. [Plano de formação por área temática administrativa](#) - Conselho Superior da Justiça do Trabalho;
7. [Adequação dos Regimentos Internos dos TRTs à Política de Consolidação do Sistema de Precedentes Obrigatórios](#) - Tribunais Regionais do Trabalho;
8. [Balcão Visual](#) - Tribunal Regional do Trabalho da 15ª Região e Tribunais Regionais do Trabalho;
9. [Sistema de automatização para o PJe](#) - Tribunal Regional do Trabalho da 9ª Região;
10. [Transparência na Justiça do Trabalho](#) - Tribunal Regional do Trabalho da 24ª Região.
11. [Revisão do Plano de Transformação Digital - PTD/2024 a 2026](#) - Tribunal Regional do Trabalho da 9ª Região.
12. [Definição de critérios de pesquisa e avaliação dos serviços comuns prestados pelos TRTs](#) - Conselho Superior da Justiça do Trabalho.

### 2.2 Foram apresentadas as iniciativas nacionais do portfólio do PE-JT em andamento

1. [Implantação do Plano de Gerenciamento de Resíduos Sólidos - PGRS](#)
2. [Projeto Plataforma de Inteligência Artificial Generativa - Chat-JT](#)
3. [Pesquisa nacional de clima organizacional e qualidade de vida da Justiça do Trabalho](#)

### 2.3 Foram apresentadas proposições de novas iniciativas nacionais para o portfólio do PE-JT para 2026:

1. Programa Itinerância na Justiça do Trabalho - Presença que Protege
2. Transparência JT - fase 2 (2º semestre, após conclusão do Ranking da Transparência CNJ)
3. Serviços JT

- Todas as novas iniciativas apresentadas foram aprovadas.

- Observação: o TRT da 14ª Região destacou a necessidade de avaliar o escopo do Programa Itinerância na JT, para 2026, levando em consideração a complexidade do modelo estabelecido pela Resolução CSJT n.º 428/2025, que institui a Política Nacional de Justiça Itinerante e Inclusão Digital da Justiça do Trabalho (PNJIID), e os respectivos custos envolvidos.

A próxima RAE ficou agendada para 4/5/2026, às 11h .